

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 22

Data: 4 de Junho de 1979

Pg.: \_\_\_\_\_

FSP 4.6.79

Jari

Desmente o Palácio do Planalto a informação de que o Governo intervirá no Projeto Jari, mas não desfaz as acusações contra a empresa que o executa. Seria muito importante que tais denúncias fossem respondidas, através de uma palavra clara do Governo. Afinal, houve ou não houve ocupação ilegal de dois milhões de hectares? Há ou não presença de capitais europeus, sem o registro legal, no empreendimento? Isso, quanto à parte formal. Porque, do ponto de vista político, o Projeto Jari representa, para quem tenha um mínimo de bom senso, ameaça grave à soberania nacional. Ali, relatam notas jornalísticas, só têm acesso os convidados do sr. Ludwig, ou as autoridades, desde que altas. Trata-se, portanto, de vasta área do território brasileiro vedada a seus cidadãos.

A serviço do sr. Ludwig, funcionam competentes grupos de relações públicas, dispostos a nos fazer crer que o empresário americano construiu um paraíso tropical. Sua própria imagem, que nos é vendida, é a de um velho patriarca que, cansado das luzes do mundo e das oscilações de Wall Street, reuniu seus cabedais para levantar, no Brasil, um império de prosperidade e bem-estar. Ocorre que este País é ocupado por uma nação, erigida com sacrifícios, erros e desacertos e, que, ao longo dos séculos de trabalho, criou suas tradições, instituiu suas leis. Ao que revelam preocupadas personalidades, entre elas, militares insuspeitos, o território de Jari é alguma coisa à parte. Ali, tradição e leis são as que impõem o empresário, sem dúvida, o maior latifundiário do mundo.

É velha a cobiça internacional sobre a Ama-

### Belo Horizonte

zônia. Recordemos as sucessivas manobras para a "internacionalização da Hiléia", e a resistência patriótica de homens como o sr. Artur Bernardes. Ora, o Projeto Jari, tal como vem sendo realizado, é uma cunha perigosa na imensa e rica região. O sr. Ludwig dispõe de ancoradouro próprio, de onde pode, pelo menos em tese, exportar o que bem entender, e importar o que quiser. Não há, na grande área, a presença efetiva do poder público. Enfim, trata-se de uma vasta fazenda.

Por que, então, não intervir o Governo no Projeto? Por que não intervir, pelo menos fiscalizar, de perto, suas atividades? Por que não medir as terras ocupadas e esclarecer, de vez, se há ou não a espantosa "grilagem" de dois milhões de hectares?

O Projeto Jari é mais um dos saldos do arbitrio. Implantou-se em um País silenciado pelo medo. Se houvesse imprensa livre, discussão aberta, o sr. Ludwig não teria instalado ali o seu império, de maneira tão confortável. E não foi ele o único beneficiado pela censura, que nos impedia de gritar em defesa do patrimônio nacional. Temos em Minas caso semelhante, com a exploração de Aguas Claras, que, além de deparar uma montanha e alterar o clima de Belo Horizonte, comprometeu toda a estrutura de transporte do Estado, em benefício de um grupo multinacional.

M.S.